

5

Conclusões Possíveis.

A proposta dessa dissertação não é apresentar um exame conclusivo da ação política islâmica no Irã entre 1978 e 1988. As polêmicas que envolvem a história política iraniana nas últimas três décadas impedem que qualquer leitura dessa sociedade seja definitiva. Quando o aiatolá Khomeini ascendeu ao poder, muitos acreditaram (inclusive o Xá deposto) que a Revolução Islâmica não sobreviveria. Em seguida, no momento em que uma série de ações militantes aumentou as hostilidades entre o Irã e os Estados Unidos logo no primeiro ano da República, a queda da nova ordem política parecia certa, mas não aconteceu. Mesmo quando o Iraque declarou guerra à nação vizinha e arrastou ambos os países a um conflito sangrento ao longo de quase dez anos de combate, a destruição do legado de Khomeini também não veio. A única conclusão possível à análise da política iraniana é que ao longo de todo o século XX, a coesão política dessa nação dependeu da força social dos religiosos do xiismo duodécimo.

O conceito de nação parece manter-se como elemento central dos debates políticos vividos pela população iraniana ao longo de sua história; sempre convidada a se posicionar diante de projetos nacionais concorrentes. Esse princípio manteve-se vivo naquilo que um dos maiores representantes do contextualismo lingüístico, J.G.A. Pocock, chamou de construção de um “vocabulário político” nas obras e atos de fala de líderes e movimentos políticos e culturais. Termos como “martírio”, “*Jihad*”, e o próprio sentido de “nação” estiveram presentes nos três momentos aqui destacados da República Islâmica do Irã, compondo com significados compartilhados ou adversos, o léxico que conferia a dimensão processual da luta revolucionária e da conquista do Estado que o sucedeu.

As idéias de caráter conclusivo às quais se pode chegar nesse trabalho, referem-se a uma crítica ao conjunto de interpretações históricas que consideram tanto a República Islâmica do Irã, quanto toda e qualquer ação política islâmica como experiências incompatíveis com a modernidade. As análises que tentam defender termos explicativos como “ressentimento”, “fanatismo” e “reacionarismo”, atribuindo essas características ao sistema político iraniano são

as únicas leituras capazes de tornar evidente a distância que a “tradição acadêmica” ainda mantém frente aos países islâmicos em geral.

O Irã desde 1979 não repudia a modernidade em reverência ao tradicionalismo com o qual é representado. Os avanços tecnológicos de sua indústria bélica, além de seu bem sucedido programa nuclear servem como objeto de análise do vínculo do Estado iraniano a um projeto modernizador que em alguns pontos específicos recusa o único modelo considerado legítimo pelo Ocidente. O projeto de construção de um Estado-nacional moderno no Irã após a Revolução Islâmica se fundamentou, originalmente, como uma alternativa à anterior bipolarização do contexto da Guerra Fria e, principalmente, ao poder hegemônico exercido pelos Estados Unidos da América no Mundo Islâmico, desde a segunda metade do século XX.

Em contrapartida ao modelo ocidentalizado de nação, o Irã desde a instituição da República Islâmica como sistema de governo, tenta construir uma liderança regional baseada na manutenção de uma rede transnacional que garante sua intervenção em assuntos internos de nações próximas que apresentam populações muçulmanas, principalmente xiitas. Como exemplo desta perspectiva tem-se o amplo apoio por parte do Irã a milícias revolucionárias como o Hezbollah no Líbano, além de inúmeros outros grupos que defendem a libertação da Palestina ante Israel. Essa opção pelo intervencionismo, não parece tão distante e ameaçadora ao ser comparada com outras nações que pleiteiam posição de liderança no campo da política externa.

Não se pode compreender a República Islâmica sem levar em consideração que, seja na Rebelião do Tabaco em fins do século XIX, na Revolução Constitucionalista do início do século XX, na ascensão e queda do Primeiro-Ministro liberal Mossadegh, ou nos mais de cinquenta anos de domínio da dinastia Pahlavi, a ação política sempre contou com a presença de setores religiosos do xiismo duodécimo no Irã. Isso significa que o vocabulário político utilizado por Khomeini e incorporado ao Estado desde 1979, esteve presente na concepção de mundo manifestada em grande parte da população iraniana desde o momento em que foi possível ao grupo dos religiosos conduzir a ação política no país. A existência de um projeto nacional baseado em uma República Islâmica não pode ser encarada como uma “aberração política” cravada no coração do mundo contemporâneo. O que se deve discutir sobre a nação iraniana após a

militância anti-Pahlavi que ganhou força em 1978 é justamente a percepção híbrida de seu sistema político, que se reconhece como um Estado-nação moderno construído sob as ruínas de diversos outros projetos nacionais que tentavam reproduzir no Irã, modelos não associados aos elementos que organizavam a sociedade civil e seus integrantes.

Durante a exposição dos capítulos dessa dissertação, o processo de consolidação da supremacia política e social dos religiosos duodécimos esteve vinculado à maneira como na República Islâmica foi possível negociar essa preeminência em troca de pequenas concessões. Em cada um dos espaços de negociação criados pelo grupo hegemônico, o vocabulário político se adaptou à necessidade de formação de coesão social e sustentação do projeto nacional.

O ponto comum entre as distintas fases do processo de formação da República Islâmica, permitiu perceber que o confronto político ocorreu, sobretudo, no campo das palavras. Em 1978, no momento em que era preciso erguer o clamor revolucionário, o conteúdo afetivo do discurso fez da história e da linguagem ferramentas da ação humana. Isso transformou a disputa de sentidos de nação entre o Xá e o Aiatolá em uma contenda que encontrou no sofrimento e na morte, o centro da atividade de militância. Já no período de consolidação do poder recém instaurado, entre 1979 e 1980, o significado da nação teve que ser adequado a um novo contexto lingüístico: a Constituição e seu projeto nacional vitorioso. O vocabulário político que garantiu a vitória de Khomeini na Revolução Islâmica passou a ser incorporado ao texto constitucional para enfrentar uma nova batalha: a oposição de setores secularistas que participaram da ação revolucionário contra o Xá. Nesse contexto, vocábulos específicos ganharam novo significado para permitir que novos pactos sociais fossem firmados e transferiram o conteúdo subversivo desses conceitos para o campo da política externa. Durante a condução dessa batalha interna pelo controle efetivo do Estado, o confronto novamente foi redirecionado para outro palco; que conferiu novo sentido a certos conceitos invocados com o propósito de salvaguardar a manutenção da unidade político-militar do território nacional.

Para finalizar, saliento que ao longo dessa jornada interpretativa, muitos pontos deixaram de receber a atenção que deveriam. Uma leitura mais aprofundada sobre o colapso da presidência de Bani Sadr durante a crise dos reféns seria de grande valia para o enriquecimento das considerações referentes ao

primeiro ano da República Islâmica, mas esse dramático episódio da política iraniana seria impossível de ser tratado com responsabilidade em um estudo dissertativo sobre a década proposta aqui. Além desse oportuno momento da história iraniana, o escândalo “Irã-Contra” (a venda ilegal de armas dos Estados Unidos para o Irã na administração Reagan) também poderia ter sido compreendido como um espaço de confronto importante para a constituição do vocabulário político do Irã na guerra contra o Iraque, mas também se mostrou tão complexo que facilmente seria por si só, objeto de análise inesgotável.